

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº 51/2025

AUTOR: Deputado **GIPÃO**

ASSUNTO: Incentivo ao Agronegócio Sustentável no Estado do Tocantins.

RELATOR: Deputado **GUTIERRES TORQUATO**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER

Vem a esta Comissão para exame, de autoria do Deputado GIPÃO, o Projeto de Lei nº 51/2025, que "Incentivo ao Agronegócio Sustentável no Estado do Tocantins".

Aduz o autor que o agronegócio é um setor fundamental para a economia do Estado do Tocantins, sendo responsável por grande parte da produção de alimentos e geração de empregos, no entanto é crescente a preocupação com os impactos ambientais causados pelas práticas agrícolas tradicionais, que, muitas vezes, utilizam de forma excessiva recursos naturais e comprometem a saúde do solo, da água e da biodiversidade.

Justifica que o presente Projeto de Lei visa instituir o Programa Estadual de Incentivo ao Agronegócio Sustentável, com o objetivo de promover práticas agrícolas ecologicamente responsáveis que, ao mesmo tempo em que garantem a continuidade da produção e a competitividade do setor, respeitam e preservam os recursos naturais essenciais para o futuro das gerações.

A proposição foi encaminhada a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, a quem compete à análise do aspecto constitucional, legal, jurídico, regimental e técnica legislativa, para efeito de admissibilidade e tramitação, nos termos do artigo 46, inciso I, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins.

Embora seja uma matéria relevante, no âmbito estadual, cabe exclusivamente ao Poder Executivo a criação de programas em benefício da população e serviços nas diversas áreas de gestão, envolvendo os órgãos da Administração Pública, violando o princípio da separação de poderes.

Além disso, por força do art. 82, inciso I, da Constituição Estadual, é vedado o início de programas não incluídos na lei orçamentária anual, vejamos:

“Art. 82. São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;”

Portanto, constata-se que os projetos de lei que disponham sobre a criação de programas são da iniciativa privativa do Governador do Estado, conforme dispõe a Constituição Estadual (arts. 82, inciso I, 80, § 3º).

A criação de programas com previsão de novas obrigações aos órgãos estaduais é atividade nitidamente administrativa, representativa de atos de gestão, de escolha política para a satisfação das necessidades essenciais coletivas, vinculadas aos Direitos Fundamentais, assim, privativa do Poder Executivo. Trata-se de atuação administrativa que decorre de escolha política de gestão, na qual é vedada intromissão de qualquer outro Poder.

Ante o exposto, por estar o Projeto maculado por vício insanável de iniciativa, **VOTO** pela **ARQUIVAMENTO** do Projeto de Lei nº **51/2025**.

Sala das Comissões, 10 de abril de 2025.

Deputado **GUTIERRES TORQUATO**

Relator





ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

DESPACHO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação aprovou, o Parecer do(a) Relator(a) Senhor(a) Deputado(a) GUTIERRES TORQUATO referente ao(a) PL nº 51 / 2025

OBS: _____

Encaminhe-se(a)(ao) ARQUIVO

Sala das Comissões, 13 de maio de 2025

Deputado VALDEMAR JÚNIOR
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

MEMBROS EFETIVOS

Dep. VALDEMAR JÚNIOR(✓)	Dep. JORGE FREDERICO(✓)
Dep. LEO BARBOSA()	Dep. OLYNTHO NETO()
Dep. CLAUDIA LELIS(✓)	Dep. PROF. JÚNIOR GEO()
Dep. GUTIERRES TORQUATO(✓)	Dep. GIPÃO()
Dep. MOISEMAR MARINHO(✓)	Dep. MARCUS MARCELO()

MEMBROS SUPLENTE



ESTADO DO TOCANTINS
PODER LEGISLATIVO

Ofício nº 105/2025.

Palmas, 13 de maio de 2025.

A sua Excelência o Senhor

GIPÃO

Deputado Estadual da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins
NESTA_

Assunto: **Informa arquivamento do Projeto de Lei nº 51/2025**

Senhor Deputado,

Informo a Vossa Excelência que o Projeto de Lei nº **51/2025**, de sua autoria, sobre “Incentivo ao Agronegócio Sustentável no Estado do Tocantins”, foi deliberado nesta Comissão, pelo **Arquivamento** em 13 de maio do corrente, conforme cópia do parecer em anexo.

Assim, caso tenha interesse no prosseguimento, poderá apresentar recurso, nos termos do art. 73-A do Regimento Interno desta Casa de Leis.

Atenciosamente,


Deputado **VALDEMAR JÚNIOR**
Presidente da Comissão de Constituição Justiça e Redação.

Recebido
22.05.2025
Silvana